



# Relatório Anual de Informações 2022

# Índice



Mensagem da Diretoria Executiva	03
Fatos Relevantes em 2022	04
Demonstrações Contábeis	06
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021	12
Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2022	34
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	41
Parecer do Conselho Fiscal	44
Resolução do Conselho Deliberativo	45

# Mensagem da Diretoria Executiva



Prezado(a) leitor(a),

O ano de 2022 iniciou-se com a triste notícia do falecimento de Maurício Werneck Barreto, ocorrido em 28 de janeiro. Maurício foi Diretor Financeiro da PREVHAB de 24 de outubro de 2000 a 2020.

No primeiro trimestre, nós ainda enfrentávamos as consequências da tempestade que desabou sobre os fundos de pensão brasileiros que sentiam fortemente os impactos da inflação que disparou em 2021. Foi quando, em março, surgiu a notícia da autorização do Ministro da Economia para a realização do acordo entre a ABRAPP e a UNIÃO sobre o pagamento das OFND.

Em abril, contabilizamos o valor das OFND a receber de R\$ 111,5 milhões, que deveriam reverter em superávit o resultado da Entidade não fosse a incidência ainda de elevados índices mensais de variação do INPC.

Em junho, foi dado início ao recadastramento dos participantes. Trata-se de medida fundamental para prover a Entidade das informações indispensáveis à correta administração do plano.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA recebeu em julho R\$ 4,5 milhões referentes à garantia oferecida pelo Fundo de Compensação de Variações

Salariais – FCVS. Com isso, o saldo do Fundo Administrativo acendeu a cerca de R\$ 17 milhões.

A Receita Federal autorizou a inscrição dos planos de benefício no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas). Assim, o Plano Plenus passou a possuir um número de CNPJ distinto do da PREVHAB, que é compartilhado com o PGA.

A grande dificuldade que a Entidade enfrenta está em reduzir o peso dos imóveis no conjunto dos investimentos do Plano Plenus. O maior patrimônio imobiliário é o Edifício Novo Mundo, que foi objeto de um retrofit que lhe proveu condições de sustentabilidade e lhe garantiu a certificação LEED Platinum, inédita na América do Sul. Apesar de tudo isso, o Edifício não consegue encontrar colocação no mercado, em razão da crise que se arrasta há mais de 7 anos.

O déficit atual não compromete a segurança do Plano e reflete uma situação conjuntural produto da crise econômica, que será revertida com a recuperação econômica. As responsabilidades do Plenus são exigíveis a longo prazo, portanto há tempo suficiente para aguardar essa recuperação.

Boa leitura.

Mario Santiago  
Diretor-Presidente



# Fatos Relevantes em 2022



\* Resultados de 2021 são fechados e, apesar de positiva, rentabilidade acumulada pelos investimentos do Plano Plenus no ano não atinge a meta atuarial

\* Resultados do Plano Plenus refletem impactos da conjuntura econômica

FEVEREIRO

MAIO

JANEIRO

ABRIL

JUNHO

\* Políticas de Investimentos dos Planos Plenus e PGA são atualizadas para o exercício de 2022

\* Volatilidade no mercado financeiro ainda afeta a rentabilidade do Plano Plenus

\* Falecimento de Maurício Werneck Barreto, ex-Diretor Financeiro da PREVHAB

\* Relatório Anual de Informações referente ao exercício da PREVHAB em 2021 é publicado

\* Conselho Deliberativo aprova medidas adotadas pela PREVHAB para prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo

\* Campanha de Recadastramento é iniciada com o envio dos formulários aos participantes

\* Plano Plenus ainda sofre com conjuntura adversa, mesmo com rentabilidade líquida anual superior à meta atuarial

## AGOSTO

\* Receita Federal disponibiliza acesso ao CNPJ dos planos de benefícios das EFPC

## OUTUBRO

\* Novo site da PREVHAB é lançado em comemoração aos 51 anos da Entidade

\* Retrofit no Edifício Novo Mundo, principal ativo imobiliário do Plano Plenus, rende prêmio para escritório de arquitetura

\* Plano Plenus bate a meta mesmo diante da crise econômica global

## DEZEMBRO

## SETEMBRO

\* PREVHAB é tema de live para participantes de fundos de pensão

\* Previc destaca a resiliência do sistema fechado perante cenário desafiador dos últimos anos

## NOVEMBRO

\* PREVHAB disponibiliza novo canal de atendimento aos participantes via WhatsApp: (21) 98400-2045.

# Balanço Patrimonial Consolidado

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

R\$ mil

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>4</b>	<b>228</b>	<b>125</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		<b>7.564</b>	<b>7.931</b>
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>643.592</b>	<b>565.585</b>	Gestão Previdencial	9	7.036	7.276
Gestão Previdencial	5	1.513	1.654	Gestão Administrativa	10	426	628
Gestão Administrativa	6	838	797	Investimentos	11	102	27
Investimentos	7	641.241	563.134	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>		<b>6.086</b>	<b>4.271</b>
Títulos Públicos		19.863	18.458	Gestão Previdencial	12	5.988	4.221
Ativo Financeiro de Crédito Privado		30.720	32.612	Gestão Administrativa	13	98	50
Fundos de Investimentos		316.621	351.078	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>14</b>	<b>630.767</b>	<b>554.052</b>
Investimentos em Imóveis		141.304	149.209	Patrimônio de Cobertura do Plano		612.775	541.741
Operações com Participantes		11.416	11.777	Provisões Matemáticas		636.971	623.526
Recursos a Receber - Precatórios		121.317	0	Benefícios Concedidos		629.458	616.714
				Benefícios a Conceder		7.513	6.812
<b>IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</b>	<b>8</b>	<b>597</b>	<b>544</b>	Equilíbrio Técnico		-24.196	-81.785
Imobilizado		430	435	Resultados Realizados		-24.196	-81.785
Intangível		167	109	( - )Déficit Técnico Acumulado		-24.196	-81.785
				Fundos		17.992	12.311
				Fundos Administrativos		17.992	12.311
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>644.417</b>	<b>566.254</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>644.417</b>	<b>566.254</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022

  
**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68

  
**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

# Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ n  42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIACÃO %
R\$ mil			
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>554.052</b>	<b>590.549</b>	<b>-6,18</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>149.897</b>	<b>33.917</b>	<b>341,95</b>
Contribui�es Previdenciais	144	841	-82,88
Outras Adi�es Previdenciais	1.074	191	462,30
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	132.594	22.937	478,08
Receitas Administrativas	14.463	9.410	53,70
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.622	538	201,49
<b>2. Destina�es</b>	<b>-73.182</b>	<b>-70.414</b>	<b>3,93</b>
Benefícios	-58.538	-55.880	4,76
Resgates	-686	-852	-19,48
Outras Destina�es	-32	-15	113,33
Constitui�o L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	-3.523	-4.159	-15,29
Despesas Administrativas	-10.355	-9.469	9,36
Constitui�o L�quida de Conting�ncias - Gestão Administrativa	-48	-39	23,08
<b>3. Acr�scimo / Decr�scimo no Patrim�nio Social ( 1 + 2 )</b>	<b>76.715</b>	<b>-36.497</b>	<b>-310,20</b>
Provis�es Matemáticas	13.445	36.898	-63,56
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	57.589	-73.835	-178,00
Fundos Administrativos	5.681	440	1.191,14
<b>B) Patrimônio Social no final do exercício ( A + 3 )</b>	<b>630.767</b>	<b>554.052</b>	<b>13,85</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022

  
**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRA O E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68

  
**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

# Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>1 - ATIVOS</b>	<b>643.893</b>	<b>565.576</b>	<b>13,85</b>
DISPONÍVEL	217	70	210,00
RECEBÍVEIS PREVIDENCIAL	19.505	13.964	39,68
INVESTIMENTO	624.171	551.542	13,17
TÍTULOS PÚBLICOS	19.529	18.458	5,80
ATIVO FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADOS	30.720	32.612	-5,80
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	299.885	339.487	-11,67
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	141.304	149.209	-5,30
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	11.416	11.776	-3,06
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	121.317	0	100,00
<b>2 - OBRIGAÇÕES</b>	<b>13.126</b>	<b>11.524</b>	<b>13,90</b>
OPERACIONAL	7.138	7.303	-2,26
CONTINGENCIAL	5.988	4.221	41,86
<b>3 - FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>17.992</b>	<b>12.311</b>	<b>46,15</b>
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	17.992	12.311	46,15
<b>4 - ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)</b>	<b>612.775</b>	<b>541.741</b>	<b>13,11</b>
PROVISÕES MATEMÁTICAS	636.971	623.526	2,16
DÉFICIT TÉCNICO	-24.196	-81.785	-70,42
<b>5 - APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO</b>			
a) Equilíbrio Técnico	-24.196	-81.785	-70,42
b) (+/-) Ajuste de Precificação	16.485	17.235	-4,35
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a +b)	-7.711	-64.550	-88,05

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022



**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78



**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34



**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68



**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49



# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ n  42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

R\$ mil

DESCRI�O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIA�O %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>541.741</b>	<b>578.678</b>	<b>-6,38</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>135.937</b>	<b>25.932</b>	<b>424,21</b>
Contribui�es	2.269	2.804	-19,08
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	132.594	22.937	478,08
Outras Adi�es Previdenciais	1.074	191	462,30
<b>2. Destina�es</b>	<b>-64.903</b>	<b>-62.869</b>	<b>3,24</b>
Benefícios	-58.538	-55.880	4,76
Resgates	-686	-852	-19,48
Constitui�o L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	-3.523	-4.159	-15,29
Custeio Administrativo	-2.124	-1.963	8,20
Outras Destina�es	-32	-15	113,33
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>71.034</b>	<b>-36.937</b>	<b>-292,31</b>
Provisões Matemáticas	13.445	36.898	-63,56
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	57.589	-73.835	-178,00
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>612.775</b>	<b>541.741</b>	<b>13,11</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>5.681</b>	<b>440</b>	<b>1.191,14</b>
Fundos Administrativos	5.681	440	1.191,14

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022



**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78



**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRA O E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34



**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68



**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

# Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>625.901</b>	<b>553.265</b>	<b>13,13</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>636.971</b>	<b>623.526</b>	<b>2,16</b>
1.1. Benefícios Concedidos	629.458	616.714	2,07
Benefício Definido	629.458	616.714	2,07
1.2. Benefícios a Conceder	7.513	6.812	10,29
Benefício Definido	7.513	6.812	10,29
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-24.196</b>	<b>-81.785</b>	<b>-70,42</b>
2.1. Resultados Realizados	-24.196	-81.785	-70,42
Déficit Técnico Acumulado	-24.196	-81.785	-70,42
<b>3. Exigível Operacional</b>	<b>7.138</b>	<b>7.303</b>	<b>-2,26</b>
3.1. Gestão Previdencial	7.036	7.276	-3,30
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	102	27	277,78
<b>4. Exigível Contingencial</b>	<b>5.988</b>	<b>4.221</b>	<b>41,86</b>
4.1. Gestão Previdencial	5.988	4.221	41,86

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022

  
**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68

  
**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

# Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

PREVHAB Previdência Complementar  
CNPJ nº 42.174.631/0001-77


Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>12.311</b>	<b>11.871</b>	<b>3,71</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>16.084</b>	<b>9.948</b>	<b>61,68</b>
1.1. Receitas	16.084	9.948	61,68
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.124	1.963	8,20
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.797	7.424	5,02
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	8	11	-27,27
Receitas Diretas	10	12	-16,67
Outras Receitas	4.523	0	100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.622	538	201,49
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>10.355</b>	<b>9.469</b>	<b>9,36</b>
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	10.195	9.469	7,67
Pessoal e Encargos	7.024	6.587	6,63
Treinamentos/Congressos e Seminários	30	26	15,38
Serviços de Terceiros	1.566	1.558	0,51
Despesas Gerais	727	734	-0,95
Depreciações e Amortizações	40	41	-2,44
Tributos	808	523	54,49
2.2. Outras Despesas	160	-	100,00
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>48</b>	<b>39</b>	<b>23,08</b>
<b>4. Sobre / Insuficiência da Gestão Administrativa ( 1 - 2 - 3 )</b>	<b>5.681</b>	<b>440</b>	<b>1.191,14</b>
<b>5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo ( 4 )</b>	<b>5.681</b>	<b>440</b>	<b>1.191,14</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual ( A + 5 )</b>	<b>17.992</b>	<b>12.311</b>	<b>46,15</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022



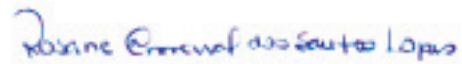
**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78



**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34



**MARCIO MILLER SANTOS**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 043.970.297-68



**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021



## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Prevhav Previdência Complementar é uma associação sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar Planos de Benefícios de natureza previdencial, de acordo com o estabelecido nos respectivos Regulamentos e Convênios de Adesão, e está autorizada a atuar como entidade multipatrocinada.

1.2. O Estatuto da PREVHAB está enquadrado nas disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), em 14 de dezembro de 2005, através da Portaria nº 295, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2005.

1.3. A PREVHAB administra os seguintes Planos:

1.3.1. Plano de Benefícios Plenus registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 1971.0002-56 estruturado na modalidade de benefício definido; e

1.3.2. Plano de Gestão Administrativa – PGA que contém as normas que regem a gestão administrativa dos planos de benefícios.

## 2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. A PREVHAB apresenta as Demonstrações Contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, em conformidade, com as regras, critérios e

procedimentos contábeis adotados para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) instituídos pela ITG – Interpretação Técnica Geral 2001, aprovada pela Resolução nº 1.272 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 22/01/2010, e em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pelas Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nºs. 43 e 48, de 06/08/2021 e de 08/12/2021, e Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, e alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e os Fluxos dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Conforme Instrução PREVIC nº 31/2020 e alterações promovidas pela Instrução PREVIC nº 44, de 23/11/2021, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- ▶ Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- ▶ Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- ▶ Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- ▶ Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- ▶ Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- ▶ Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior.

2.2. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:

- a) A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdencial e o plano de gestão administrativa.
- b) Na apurac o do resultado as Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas dos Fluxos de Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

c) As contribuições para a Gestão Previdencial do Plano de Benefícios na modalidade Benefício Definido são registradas pelo regime de competência.

d) Os títulos públicos, créditos privados e depósitos, em atendimento   Resolução CNPC n  43/2021 (Art.30) e a Instru o PREVIC n  31/2020, respectivamente, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação: aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: aqueles com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

e) Os Fundos de Investimento são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

f) Os Investimentos em Imóveis estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. Os imóveis são reavaliados, no mínimo, anualmente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

g) Os empréstimos concedidos aos participantes são



apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos.

h) A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no Art.19 da Instrução PREVIC nº 31/2020, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vencidos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias; provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias; provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias; provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias; provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias; provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

i) No imobilizado e intangível os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

j) No Exigível Operacional o registro das obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras.

k) As férias, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência.

l) Nos Ativos e Passivos Contingentes registram o montante das provisões decorrentes de ações judiciais passivas mantidas contra a PREVHAB. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito estimada pelos advogados patrocinadores dos processos. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas

são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito a seguir:

➤ Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

➤ Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por consultores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisões e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

m) As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais, realizados por consultoria atuarial responsável pelo plano, mediante elaboração de parecer atuarial. Essas Provisões representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, ajustados a valor presente, em conformidade com a Resolução Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 30, de 10/10/2018.

n) Nas estimativas atuariais e contábeis a elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas incluem: as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelo plano; as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações; o valor justo de determinados instrumentos financeiros e do ativo imobiliário obtido por meio de reavaliação e definição da vida útil.

o) Nas operações administrativas o Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio independente do Plano de Benefícios Previdencial. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos, receitas diretas e outras receitas) e deduzidos das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo (PGA) foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefícios.

p) Os ajustes e eliminações ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdencial no Fundo Administrativo registrado no PGA.

q) As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

r) Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação

das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

### 3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

**3.1. Gestão Previdencial:** compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

**3.2. Gestão Administrativa:** compreende a atividade de registro e de controle inerentes à despesa da Entidade com a administração do plano de benefícios.

**3.3. Investimentos:** compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios e do PGA.

### 4. ATIVO DISPONÍVEL

A posição consolidada do Ativo Disponível em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, referente às contas correntes é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>	<b>216</b>	<b>70</b>
a) CEF nº 790.391-0	49	22
b) BRADESCO S/A nº 2.862-2	25	-
c) BRADESCO S/A nº 37.979-4	114	16
d) BANCO ITAÚ S/A nº 20.371-6	23	27
e) BANCO ITAÚ S/A nº 52.710-0	5	5
<b>. Plano PGA:</b>	<b>12</b>	<b>56</b>
a) BRADESCO S/A nº 2.862-2	11	20
b) BRADESCO S/A nº 37.979-4	-	26
c) CEF nº 563-0	1	2
d) CEF nº 790.310-0	-	7
e) BANCO ITAÚ S/A nº 65.316-1	-	1
<b>Total do Ativo Disponível</b>	<b>228</b>	<b>126</b>

## 5. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Ativo Realizável – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>		
a) Recursos a Receber:	369	471
Contribuições em Atraso de Participantes:	255	244
Ativos	850	761
(-) Provisão para Perdas	(595)	(517)
Outros Recursos a Receber	114	227
b) Adiantamentos de Créditos a Assistidos	25	5
c) Depósitos Judiciais/Recurais	1.047	1.097
d) Outros Realizáveis:	72	80
Contribuições Pretéritas	15	15
(-) Provisão para Perdas	(15)	(15)
Pecúlio Especial	71	79
Reembolsos da Folha de Assistidos do INSS	1	1
Ações Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	5.310	4.997
Ações a serem Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	2.984	2.984
(-) Provisão para Perdas	(8.294)	(7.981)
Ação contra a CEF	100	100
(-) Provisão para Perdas	(100)	(100)
<b>Total do Ativo Realizável – Gestão Previdencial</b>	<b>1.513</b>	<b>1.653</b>

### 5.1. Plano Plenus

a) Os “Recursos a Receber” de R\$ 369 mil, apresentam a seguinte composição:

- ▶ R\$ 255 mil de “Contribuições em Atraso de participantes Ativos” deduzidas das provisões para perdas.
- ▶ R\$ 114 mil de “Outros Recursos a Receber” referem-se à regularização de saldos bancários

(R\$ 106 mil) e valor a receber do PGA do aluguel do imóvel de uso próprio (R\$ 8 mil).

b) Os “Adiantamentos de Créditos a Assistidos” de R\$ 25 mil referem-se a benefícios (R\$ 4 mil) e 13º salário (R\$ 21 mil).

c) Os “Depósitos Judiciais/Recurais” de R\$ 1.047 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Previdencial.

d) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber pendentes de regularização de R\$ 72 mil, apresentam a seguinte composição:

▶ R\$ 15 mil de “Contribuições Pretéritas” a receber de participantes, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas;

▶ R\$ 71 mil de “Pecúlio Especial” a receber dos participantes;

▶ R\$ 1 mil de adiantamentos efetuados pela PREVHAB por conta dos proventos dos assistidos pendentes de reembolsos junto ao INSS;

▶ R\$ 5.310 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de janeiro de 1999, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas, estão sendo cobrados à Caixa Econômica Federal e a FUNCEF através das Ações Ordinárias n.ºs. 2006.34.00.000384-1, em curso na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, cuja apelação interposta pela PREVHAB foi distribuída à 1ª Turma do Tribunal Regional Federal - TRF1, aguardando julgamento do recurso pela Desembargadora Daniele Maranhão Costa, desde 15/03/2018; e 2009.34.00.026743-9, em curso na 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aguardando julgamento da apelação interposta pela PREVHAB;

▶ R\$ 2.984 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de fevereiro de 2006, assim como

de outros valores de responsabilidade da Caixa Econômica Federal e FUNCEF, para as quais a PREVHAB não tenha ainda movido ação de ressarcimento, cujo valor encontra-se totalmente provisionado como possível perda;

▶ R\$ 100 mil do valor da ação judicial de cobrança contra a Caixa Econômica Federal (processo n.º 2007.51.01.002154-5 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), referente ao reembolso dos valores de responsabilidade do INSS pagos pela PREVHAB no período de março de 1987 a fevereiro de 1988 aos seus associados. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda. Em 07/12/2022, deu-se provimento ao recurso de apelação interposto pela PREVHAB, reformando a sentença de improcedência, para condenar a CEF ao reembolso dos valores pagos pela PREVHAB aos seus associados, no período compreendido entre março de 1987 e fevereiro de 1988, a título de benefício previdenciário pelo RGPS, na forma do acordo firmado entre as partes, corrigidos e acrescidos dos juros legais, nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal, cujo montante deverá ser apurado em sede de procedimento de liquidação. Aguardando o transcurso do prazo recursal.

## 6. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é a seguinte:

R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano PGA:</b>		
a) Responsabilidade de Empregados	-	4
b) Responsabilidade de Terceiros	4	3
c) Outros Recursos a Receber	688	600
d) Despesas Antecipadas:	108	107
Férias	26	15
Despesas Miúdas	4	4
Empréstimos de Férias	78	88
e) Depósitos Judiciais/Recursais	35	35
f) Outros Realizáveis:	3	48
IRRF a Recuperar	3	3
FCVS	-	4
Seguro SFH	-	41
<b>Total do Ativo Realizável - Gestão Administrativa</b>	<b>838</b>	<b>797</b>

## 6.1. Plano PGA

b) A “Responsabilidade de Terceiros” de R\$ 4 mil referem-se a adiantamentos a advogados.

c) Os “Outros Recursos a Receber” de R\$ 688 mil referem-se a valor a ser repassado pelo Plano de Benefícios Plenus.

d) As “Despesas Antecipadas” de R\$ 108 mil referem-se a adiantamentos a empregados a receber, sendo R\$ 26 mil de férias, R\$ 4 mil de despesas miúdas e R\$ 78 mil de empréstimos de férias.

e) Os “Depósitos Judiciais/Recursais” de R\$ 35 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Administrativa.

f) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber de R\$ 3 mil referem-se a IRRF a recuperar.

## 7. ATIVO REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN

nº 4.994, de 24/03/2022, com vigência a partir de 02/05/2022, que revogou a Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, e o estabelecido na Política de Investimento., que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

### a) Política de Investimento

A gestão dos ativos dos Planos de Benefícios Plenus e PGA no ano de 2022 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimento aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 229ª Reunião Ordinária, realizada em 16/12/2021, do Plano de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 01/01/2022 a 31/12/2026.

### b) Agente Custodiante e de Controladoria

Em 09 de outubro de 2001, para execução dos serviços de Agente Custodiante e de Controladoria, foram firmados com o Banco Itaú S.A. o Contrato de Centralização de Dados, o Contrato de Custódia para Carteira com Precificação e os Contratos de Custódia e



Controladoria para os Fundos Exclusivos.

Através da custódia e controladoria, o Banco garante a fidelidade do patrimônio lançado no balanço, apura a rentabilidade dos segmentos de renda fixa e renda variável e não liquida operações, da carteira própria, que estejam em desacordo com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes e com a Política de Investimento fixada pela administração da PREVHAB.

### c) Controle de Riscos

No âmbito da Política de Investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações dos preços dos ativos em que são investidos os recursos garantidores dos Planos administrados pela PREVHAB. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

A PREVHAB monitora o risco de crédito por meio de relatório específico com todos ativos e seus respectivos emissores e ratings, atribuídos por agência(s) classificadora(s) de risco (observados os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994/2022), enquanto o risco de mercado é acompanhado diariamente através de modelo próprio e adicionalmente por relatórios mensais de mensuração de riscos elaborados pela firma de consultoria financeira Aditus.

### d) Gestão de Investimentos

d.1. O Plano de Benefícios Plenus, em 31/12/2022, possuía 8 (oito) Fundos de Investimento, sendo 7 (sete) no segmento de Renda Fixa e 1 (um) no segmento Imobiliário, a seguir discriminados:

Renda Fixa:

➤ Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhav Multimercado (Gestor: Caixa Econômica Federal);

➤ Prevhav Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa (Gestor: Sul América Investimentos DTVM);

➤ HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Performance Institucional (Gestor: HSBC Gestão de Recursos Ltda.);

➤ BNP Paribas Match DI FI Referenciado (Gestor: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.);

➤ Itaú Institucional Referenciado DI FI (Gestor: Itaú Asset Management Ltda.);

➤ Itaú High Grade Renda Fixa FIC FI (Gestor: Itaú Unibanco);

➤ Banco Votorantim Renda Fixa Crédito Privado FI (Gestor: Votorantim Asset Management).

Imobiliário: Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (Gestor: Rio Bravo Investimentos Ltda.).

No ano de 2022 a rentabilidade líquida dos investimentos do Plano de Benefícios Plenus foi de 25,06%, superior 14,21 pontos percentuais à meta atuarial de 10,85% (INPC+4,60% aa.), decorrente dos resultados dos investimentos do segmento de Renda Fixa: 53,76%; Operações com Participantes: 12,35%; Investimentos em Imóveis: -3,24%; Investimentos no Exterior: -26,52%; e Renda Variável: -12,11%.

d.2. Os recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA estão aplicados no Fundo Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (Gestor Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.), HSBC Referenciado DI Longo Prazo (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.) e nos Certificados Variação Salarial - CVS. A rentabilidade dos investimentos do Plano no ano de 2022 foi de 16,31% superior 3,96 pontos percentuais ao CDI de 12,35%.

A posição consolidada do Ativo Realizável - Investimentos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é a seguinte:

R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>	<b>624.172</b>	<b>551.542</b>
Títulos Públicos	19.529	18.458
Ativos Financeiros de Créditos Privados	30.720	32.612
Fundos de Investimento	299.885	339.487
Investimentos em Imóveis	141.304	149.209
Operações com Participantes	11.416	11.776
Recursos a Receber - Precatórios	121.318	-
<b>.Plano PGA:</b>	<b>17.069</b>	<b>11.591</b>
Títulos Públicos	334	-
Fundos de Investimentos	16.735	11.591
<b>Total do Ativo Realizável - Investimentos</b>	<b>641.241</b>	<b>563.133</b>

## 7.1. Plano Plenus

7.1.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 19.529 mil, estão aplicados em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) lastreadas em IPCA. O referido ativo é marcado pela curva e levado até o vencimento, não sofrendo oscilações geradas pela volatilidade do mercado.

7.1.2. Os “Ativos Financeiros de Créditos Privados”, no total de R\$ 30.720 mil, estão aplicados em Debêntures não Conversíveis do Hopi Hari S.A. (R\$ 28.679 mil, valor líquido das provisões para perdas estimadas) e da Cia. Vale do Rio Doce (R\$ 2.041 mil);

7.1.2.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, realizada no dia 20/12/2010, que representa 100% das debêntures em circulação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, ficou deliberado alterar as cláusulas e condições da Escritura da 1ª Emissão, as quais foram consolidadas em Instrumento Particular de Escritura de 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, firmado entre a PREVHAB, Hopi Hari e Oliveira Trust (Agente

Fiduciário), com o compromisso da Emissora efetuar mensalmente os pagamentos programados à PREVHAB, iniciados a partir de 18/12/2010 até 18/06/2039, cujos valores serão acrescidos de atualização monetária anual (INPC) em cada série, acrescidos de juros remuneratórios mensais de 4% ao ano que serão calculados antes de abatida a respectiva parcela de pagamento programado;

7.1.2.2. Na Assembleia Geral Extraordinária da Hopi Hari S.A., realizada no dia 20/12/2010, foi aprovada pela totalidade dos acionistas do capital social da Hopi Hari S.A. as novas condições de renegociação, pela Diretoria da Companhia, das condições e características das Debêntures de 1ª Emissão, com ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria para tal fim, e delegação, ainda, de poderes para tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários e convenientes para implementar a renegociação das Debêntures de 1ª Emissão;

7.1.2.3. Em 20/12/2010, foi assinada a Consolidação da Escritura de Primeira Emissão de Debêntures do Hopi Hari, mediante a qual foi estabelecido o pagamento

do crédito da PREVHAB, em prestações mensais, com vencimentos de 18/12/2010 a 18/06/2039, com correção pelo INPC e juros de 4% ao ano.

71.2.4. O Conselho Deliberativo em sua 166ª Reunião Ordinária, realizada em 22/09/2016, considerando o pedido de recuperação judicial feito pelo Hopi Hari e, ainda, o fato de no dia 18/08/2016 ter-se completado o 3º mês de inadimplência do pagamento das parcelas do Aditivo firmado em 27/01/2016, aprovou que seja considerado e caracterizado o disposto no item 19.2 Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures, de modo a que toda dívida seja considerada como vencida e a taxa de juros seja elevada para 12% desde 2009, o que significa o crescimento da dívida em R\$ 28.292.163,68, passando o seu valor de R\$ 44.812.908,04 para R\$ 73.105.071,72, cuja diferença deverá ser provisionada em setembro/2016.

71.2.5. No dia 26/10/2016, o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio do processo digital nº 1002265-62.2016.8.26.0659 deferiu o processamento da recuperação judicial de HH Participações S.A., HH Parques Temáticos S.A. e Hopi Hari S.A..

71.2.6. A Diretoria-Executiva da PREVHAB em sua 339ª Reunião Ordinária, realizada em 16/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou à Diretoria a planilha atualizada da dívida do Hopi Hari no período de 18/06/2009 a 18/12/2016, a juros de 12%, de conformidade com o item 19.2, Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, no total de R\$ 92.446.405,48, esclarecendo que o valor de R\$ 73.105.071,72 consignado na Ata de 331ª da Reunião Ordinária da Diretoria-Executiva, datada de 16/09/2016, corresponde ao valor da dívida atualizada a juros de 12%, a partir de 18/11/2010, em desacordo, portanto, com o disposto no item 19.2 da Consolidação daquela Escritura. A Diretoria, após debater a matéria, determinou que: 1) seja feito no balancete de dezembro/2016 o registro contábil da diferença de R\$ 16.639.111,40

entre a dívida de R\$ 92.446.405,48 e o saldo contábil de novembro/2016 de R\$ 75.807.294,08; 2) seja registrada, ainda no balancete de dezembro/2016, a diferença de R\$ 16.639.111,40, no saldo da conta de Provisão para Devedores Duvidosos; 3) seja dado conhecimento ao Conselho Deliberativo da nova situação. Na 170ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 26/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou ao Colegiado a planilha demonstrativa dos valores atualizados relativos à dívida do Hopi Hari.

71.2.7. A Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 400ª Reunião Ordinária, realizada em 13/08/2019, o Diretor-Presidente informou à Diretoria que a Diretoria do Hopi Hari não apresentou, até o momento, o novo Plano de Recuperação Judicial, nem tampouco haver o Juiz do processo marcado nova Assembleia Geral dos Credores. A Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 118ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/08/2021, aprovou a proposta do 3º termo aditivo do Plano de Recuperação Judicial do Hopi Hari que será apresentado na próxima Assembleia Geral dos Credores a ser realizada no dia 31/08/2021.

71.2.8. Na 231ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da PREVHAB, realizada em 17/02/2022, o Diretor de Administração e Previdência apresentou ao Colegiado o 5º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial do Hopi Hari homologado pelo Juiz da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo em decisão proferida em 09 de fevereiro de 2022, publicada em 14 de fevereiro de 2022.

71.3. Em atendimento ao artigo 30 da Resolução CNPC nº 43/2021, os demonstrativos a seguir, referentes aos exercícios de 2022 e 2021, apresentam os títulos classificados por categorias: “Títulos para Negociação”, avaliados pelo valor de mercado, e os “Títulos Mantidos até o Vencimento”, avaliados pelo custo amortizado, por rata dia até o vencimento, alocado na Carteira Própria e em Fundos de Investimentos Exclusivos do Plano de Benefícios Plenus.

## Demonstrativo Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados

Posição em 31.12.2022

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos - Valor de Mercado</b>						
NTN	-	77.164	-	150.101	227.265	227.265
LFT	2.523	10.524	-	-	13.047	13.047
Moeda de Privatização	-	334	-	-	334	334
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>2.523</b>	<b>88.022</b>	<b>-</b>	<b>150.101</b>	<b>240.646</b>	<b>240.646</b>
<b>2. Títulos Privados - Valor de Mercado</b>						
Debêntures	-	-	-	246.824	246.824	246.824
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>246.824</b>	<b>246.824</b>	<b>246.824</b>
<b>Total - Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>2.523</b>	<b>88.022</b>	<b>-</b>	<b>396.925</b>	<b>487.470</b>	<b>487.470</b>

Posição em 31.12.2021

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos</b>					
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-
NTN	-	77.638	-	142.121	219.759
LFT	1.122	1.671	2.954	-	5.747
LTN	-	824	-	-	824
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>1.122</b>	<b>80.133</b>	<b>2.954</b>	<b>142.121</b>	<b>226.330</b>
<b>2. Títulos Privados</b>					
CDB's	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	208.114	208.114
Letras Financeiras	-	-	-	-	-
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>208.114</b>	<b>208.114</b>

## Demonstrativo dos Títulos para Negociação

Posição em 31.12.2022

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos - Valor de Mercado</b>						
LFT	11.532	1.515	-	-	13.047	13.047
Moeda de Privatização	-	334	-	-	334	334
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>11.532</b>	<b>1.849</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.381</b>	<b>13.381</b>
<b>2. Títulos Privados - Valor de Mercado</b>						
Debêntures	-	-	-	246.824	246.824	246.824
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>246.824</b>	<b>246.824</b>	<b>246.824</b>
<b>Total - Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>11.532</b>	<b>1.849</b>	<b>-</b>	<b>246.824</b>	<b>260.205</b>	<b>260.205</b>

Posição em 31.12.2021

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos</b>						
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	-
NTN	-	-	-	-	-	-
LFT	1.122	1.671	2.954	-	5.747	5.747
LTN	-	824	-	-	824	824
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>1.122</b>	<b>2.495</b>	<b>2.954</b>	<b>-</b>	<b>6.571</b>	<b>6.571</b>
<b>2. Títulos Privados</b>						
CDB's	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	206.114	206.114	206.114
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>206.114</b>	<b>206.114</b>	<b>206.114</b>



### Demonstrativo dos Títulos Mantidos até o Vencimento

Posição em 31.12.2022

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos - Valor de Mercado</b>						
NTN	-	77.164	-	150.101	227.265	227.265
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>77.164</b>	<b>-</b>	<b>150.101</b>	<b>227.265</b>	<b>227.265</b>

Posição em 31.12.2021

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos</b>					
NTN	-	77.638	-	142.121	219.759
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>77.638</b>	<b>-</b>	<b>142.121</b>	<b>219.759</b>

**7.1.4.** Os “Fundos de Investimento”, no total de R\$ 299.885 mil, estão aplicados nos seguintes segmentos:

- ▶ R\$ 266.188 mil em Renda Fixa, sendo R\$ 10.537 mil no Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhav Multimercado; R\$ 210.250 mil no Prevhav Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa; R\$ 11.759 mil no BNP Paribas Match DI FI Referenciado; R\$ 1.318 mil no Itaú Institucional Referenciado DI FI; R\$ 16.138 mil no Itaú High Grade Renda Fixa FIC FI; e R\$ 16.186 mil no Banco Votorantim Renda Fixa Crédito Privado FI.
- ▶ R\$ 33.697 mil em Imobiliário, no Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping.

**7.1.5.** Os “Investimentos em Imóveis” são demonstrados ao custo de aquisição ou reavaliação, no mínimo anualmente, com base nos laudos de avaliação;

**7.1.5.1.** Em 2022, as avaliações do Edifício Novo Mundo – RJ e do Edifício Stela Angelorum – RJ (10 andares do 4º ao 13º andar) foram realizadas pela CGM Consultoria e Projetos Ltda., através dos Laudos de Avaliação, de 15/12/2022, aprovados pelo Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 481ª Reunião Ordinária, de 13/01/2023, e pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 242ª Reunião Ordinária, realizada em 17/01/2023, e apresentaram o resultado total líquido negativo de R\$ 8.156 mil, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil

IMÓVEL	VALOR DA AVALIAÇÃO - VALOR CONTÁBIL		
	TERRENO	CONSTRUÇÃO	TOTAL
<b>EDIFÍCIO NOVO MUNDO - RJ</b>			
a) Valor da Avaliação	39.608	71.365	110.973
b) Valor Contábil	39.925	80.280	120.205
<b>Diferença (a - b)</b>	<b>-317</b>	<b>-8.915</b>	<b>-9.232</b>
<b>EDIFÍCIO STELA ANGELORUM - RJ</b>			
a) Valor da Avaliação	8.150	19.436	27.586
b) Valor Contábil	11.140	15.370	26.510
<b>Diferença (a - b)</b>	<b>-2.990</b>	<b>4.066</b>	<b>1.076</b>
<b>Total das Diferenças</b>	<b>-3.307</b>	<b>-4.849</b>	<b>-8.156</b>

7.1.5.1.1. Na 241ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da PREVHAB, realizada em 15/12/2022, o Diretor-Presidente da PREVHAB tendo em vista o disposto na Instrução PREVIC nº 31, de 28/8/2020, em seu artigo 17 (“II – realizar avaliação dos imóveis, no mínimo, anualmente”) fez o seguinte registro ao Conselho Deliberativo: “relembrou em breve relato da dificuldade incorrida em virtude da relação não amigável da PREVHAB com a ocupante do imóvel da Rua Professor Ortiz Monteiro - RJ, impedindo a visitação do perito avaliador às dependências do referido imóvel e da não concordância dos peritos avaliadores em proceder à realização da avaliação, sem vistoriá-lo, poderia acarretar o descumprimento de normas regulamentares da Previc, e conforme já aprovado na 456ª RO da Diretoria ocorrida em 06 de dezembro de 2021 e ratificado pelo Colegiado em sua 229ª RO ocorrida em 16 de dezembro de 2021, recomendamos a reutilização do valor contábil, em 2022, no valor de R\$ 852.900,10, incluindo o presente referendo às notas explicativas às demonstrações contábeis da PREVHAB do exercício de 2022.”

7.1.5.2. A composição dos “Investimentos em Imóveis”, no total de R\$ 141.304 mil, é a seguinte:

➤ os “Terrenos” localizados em Aracaju – SE na Av. Augusto Franco, nº 1.118 – Lote 1, Travessa Pernambuco, nº 197 – Lote 2 e Rua Porto Alegre, nº 04 – Lote 3, estão sem valor comercial, tendo em vista a impossibilidade de sua retomada e a recomendação do não registro de quaisquer valores nessas circunstâncias, conforme justificativas do Diretor Financeiro da PREVHAB, Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 188ª Reunião Ordinária, de 19/07/2018;

➤ R\$ 139.674 mil dos imóveis de “Uso Próprio e Locados a Terceiros”, já deduzidos os valores de depreciações e de provisões para perdas, referem-se ao imóvel de uso próprio localizado na Rua da Glória – RJ – 10º e 11º andares (R\$ 5.517 mil) e aos imóveis locados a terceiros localizados na Av. Presidente Wilson, 164 – RJ (R\$ 111.100 mil), Rua da Glória, 306 – RJ (R\$ 22.069 mil), Rua Professor Ortiz Monteiro – RJ (R\$ 853 mil), Av. Jerônimo Monteiro, 1000 – ES (R\$ 126 mil) e Rua Buenos Aires, 68 – RJ (R\$ 9 mil);

➤ R\$ 1.630 mil de “Outros Investimentos em Imóveis”, refere-se ao imóvel do Edifício Camp Tower

localizado na Rua Barão de Jaguará em Campinas – SP, desapropriado pela União Federal, através da Ação de Desapropriação nº 0613429-52.1998.403.6105 em curso na 2ª Vara Federal de Campinas – SP, ocorreu o levantamento de 80% dos valores depositados pela União. A Ação foi transitada em julgado e não cabe mais recurso. A PREVHAB vai apresentar o cálculo do valor da indenização fixado na sentença para a posterior manifestação da União Federal e a expedição do ofício precatório.

7.1.5.3. Os “Investimentos em Imóveis”, em 31/12/2022, registram 28,02% dos recursos garantidores (o limite estabelecido é de 20% pela Resolução CMN nº 4.994/2022), decorrente dos resultados das reavaliações dos imóveis, bem como das obras de retrofit do Ed. Novo Mundo. De acordo com o Inciso I do Art. 35 da Resolução CMN nº 4.994/2022, a reavaliação dos imóveis é considerada como desequadramento passivo e a Entidade tem até 12 anos para alienar o estoque de imóveis e terrenos (§ 5º do Art. 37 da Resolução CMN nº 4.661/2018).

7.1.5.4. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 100ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2011, aprovou a exposição de motivos do Diretor-Presidente para a realização das obras de retrofit do Edifício Novo Mundo – RJ. A PREVIC através do Ofício nº 3241/2012/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/8/2012, manifestou-se favorável de que as obras de retrofit do Ed. Novo Mundo – RJ seja considerado como investimento de desequadramento passivo.

7.1.6. As “Operações com Participantes”, no total de R\$ 11.416 mil, referem aos empréstimos concedidos aos participantes e apresentam as seguintes condições:

▶ prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados mensalmente com base na variação do INPC e juros de 0,41% a.m., correspondente a 5,03% a.a.;

▶ prazo máximo de 120 meses, registrados pelo va-

lor do principal, reajustados anualmente com base na variação do INPC e juros de 0,48% a.m., correspondente a 5,91% a.a., com opção de escolha do mês de reajustamento (abril, junho ou setembro);

▶ prazo máximo de 36 meses com prestações fixas e juros de 0,98% a.m., correspondentes a 12,42% a.a.

7.1.6.1. No exercício, foram concedidos 60 empréstimos aos participantes no total líquido de R\$ 932 mil.

7.1.7. Os “Recursos a Receber – Precatórios”, no total de R\$ 121.318 mil, referem às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFNDs relativas ao Termo de Acordo celebrado entre a União e as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em 24/03/2022, homologado pela Justiça Federal, oriundo da Ação Coletiva nº 0123902-36.1191.4.02.5101.

## 7.2. Plano PGA

7.2.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 334 mil, referem ao crédito a receber junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS do Contrato da Primeira Novação de Dívida nº 290/2022/CAF – Processo SEI nº 12105.100367/2022 – 57, celebrado entre a União Federal e a PREVHAB em 15/07/2022, através dos Certificados Variação Salarial – CVSA970101, com prazos de vencimentos até 1º de janeiro de 2027.

7.2.2. Os “Fundos de Investimento”, no total de R\$ 16.735 mil, estão aplicados em Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (R\$ 16.469 mil) e no HSBC Referenciado DI Longo Prazo (R\$ 266 mil).

## 8. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A posição consolidada do Ativo Imobilizado e Intangível em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

R\$ mil

Descrição	Taxa de Depreciação / Amortização	Exercício Atual	Exercício Aterior
<b>. Plano PGA:</b>			
a) Imobilizado		430	435
Instalações		80	80
Móveis e Utensílios	10% aa.	81	88
Máquinas e Equipamentos	10% aa.	269	267
b) Intangível (Software)	20% aa.	167	109
<b>Total do Ativo Imobilizado e Intangível</b>		<b>597</b>	<b>544</b>

## 9. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>		
a) Benefícios a Pagar	5.719	6.102
b) Retenções a Recolher	421	378
c) Recursos Antecipados	1	-
d) Recursos Previdenciais a Repassar	2	-
e) Outras Exigibilidades:	893	796
Consignações a Repassar	35	25
Terceiros	174	175
Custeio Administrativo	684	596
<b>Total do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial</b>	<b>7.036</b>	<b>7.276</b>

### 9.1. Plano Plenus

9.1.1. Os “Benefícios a Pagar”, no total de R\$ 5.719 mil, referem-se a contribuições a serem devolvidas a ex-participantes em litígio contra a CEF, atualizados monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros atuariais de 4,60% a.a.

9.1.2. As “Retenções a Recolher”, no total de R\$ 421 mil, referem-se a IRRF a recolher da folha de pagamento de assistidos e ação judicial.

9.1.3. Os “Recursos Antecipados”, no total de R\$ 1 mil, referem-se à contribuição de assistido sobre o 13º salário.

9.1.4. Os “Recursos Previdenciais a Repassar”, no total de R\$ 2 mil, referem-se ao valor a repassar ao PGA.

9.1.5. As “Outras Exigibilidades”, no total de R\$ 893 mil, referem-se aos valores a pagar ao PGA (R\$ 696 mil), convênio do INSS (R\$ 175 mil) e valores a regularizar (R\$ 22 mil).

## 10. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano PGA:</b>		
a) Contas a Pagar	225	433
b) Retenções a Recolher	199	193
c) Outras Exigibilidades	2	2
<b>Total do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa</b>	<b>426</b>	<b>628</b>

### 10.1. Plano PGA

10.1.1. As “Contas a Pagar” de R\$ 225 mil referem-se às despesas administrativas (R\$ 224 mil), provisão de férias (R\$ 1 mil).

10.1.2. As “Retenções a Recolher” de R\$ 199 mil referem-se aos valores IRRF (R\$ 84 mil), INSS (R\$ 106 mil), PIS/COFINS/CSLL (R\$ 4 mil), ISS (R\$ 2 mil) e contribuição de previdência privada (R\$ 3 mil).

10.1.3. As “Outras Exigibilidades” de R\$ 2 mil referem-se à pensão alimentícia.

## 11. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Investimentos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus</b>	<b>102</b>	<b>27</b>
<b>Total do Passivo Exigível Operacional – Investimentos</b>	<b>102</b>	<b>27</b>

11.1. **Plano Plenus:** os “Investimentos” de R\$ 102 mil referem-se aos valores a pagar dos honorários de sucumbência (R\$ 61 mil), depósito em caução (R\$ 14 mil), IRRF (R\$ 7 mil) e PIS/COFINS/CSLL (R\$ 20 mil) do segmento dos Investimentos em Imóveis.

## 12. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>		
Provisões de Ações Previdenciais	12.116	18.460
Valores a Regularizar	142	142
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(6.270)	(14.381)
<b>Total do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial</b>	<b>5.988</b>	<b>4.221</b>

**12.1. Plano Plenus:** as “Provisões de Ações Previdenciais” de R\$ 5.988 mil é o resultado do provisionamento dos valores correspondentes às possíveis perdas em ações movidas por participantes contra a PREVHAB (R\$ 12.116 mil), valores a regularizar (R\$ 142 mil), deduzido da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 6.270 mil.

## 13. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano PGA:</b>		
Provisões de Ações Trabalhistas	292	244
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(194)	(194)
<b>Total do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa</b>	<b>98</b>	<b>50</b>

**13.1. Plano PGA:** as “Provisões de Ações Trabalhistas” de R\$ 98 mil referem-se ao provisionamento dos valores de R\$ 292 mil correspondentes às possíveis perdas em ações movidas pelos empregados e ex-empregados da Entidade, deduzidas da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 194 mil.

## 14. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos Planos Plenus e PGA, apresenta a seguinte composição:



Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Aterior
<b>. Plano Plenus:</b>		
Patrimônio de Cobertura do Plano:	612.775	541.741
Provisões Matemáticas	636.971	623.526
Benefícios Concedidos	629.458	616.714
Benefícios a Conceder	7.513	6.812
Equilíbrio Técnico	-24.196	-81.785
<b>. Plano PGA:</b>		
Fundos	17.992	12.310
Fundos Administrativos	17.992	12.310
<b>Total do Passivo do Patrimônio Social</b>	<b>630.767</b>	<b>554.051</b>

#### 14.1. Plano Plenus

14.1.1. O “Patrimônio de Cobertura do Plano” de R\$ 612.775 mil está composto dos valores das Provisões Matemáticas de R\$ 636.971 mil e do Equilíbrio Técnico de -R\$ 24.196 mil.

14.1.2. As “Provisões Matemáticas”, no total de R\$ 636.971 mil, referem-se às provisões dos Benefícios Concedidos do Plano, de R\$ 629.458 mil, com os participantes assistidos, e às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano, de R\$ 7.513 mil, com os participantes ativos, conforme Parecer Atuarial do Plano de Benefícios Plenus de 31/12/2022 elaborado pela HR Serviços Atuariais Ltda., em 14/02/2023.

14.1.3. O “Equilíbrio Técnico” de -R\$ 24.196 mil representa o Déficit Técnico Acumulado do Plano e corresponde -3,80% do total das Provisões Matemáticas de R\$ 636.971 mil.

14.1.4. A HR Serviços Atuariais Ltda. no Parecer Atuarial apresenta a seguinte CONCLUSÃO: “Informamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31/12/2022, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário em R\$ 7.710.957,43, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2023.”

14.1.5. As hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2022 foram:

Taxa real anual de juros	4,60% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,9866
Fator de capacidade para os benefícios	0,9866
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos - família real Ativos - 95% casados com esposa 4 anos mais jovem

## 14.2. Plano PGA

14.2.1. Os “Fundos” de R\$ 17.992 mil, destinados à cobertura das despesas de custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, referem-se ao saldo do Fundo Administrativo do Plano de Benefícios Plenus.

## 15. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

### 15.1. Plano Plenus

15.1.1. No ano de 2022, ocorreu superávit técnico no Plano de R\$ 57.589 mil decorrente do resultado negativo da Gestão Previdencial de R\$ 75.005 mil e do resultado positivo dos Fluxos dos Investimentos de R\$ 132.594 mil.

## 16. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

### 16.1. Plano de Gestão Administrativa – PGA

16.1.1. No ano de 2022, o resultado do Plano foi positivo

de R\$ 5.682 mil (Receitas: R\$ 16.085 mil – Despesas Administrativas: R\$ 10.355 mil – Constituição/Reversão de Contingências: R\$ 48 mil).

### 16.2. Indicadores de Gestão

16.2.1. Taxa de Administração (Recursos Transferidos ao PGA: R\$ 9.930 mil/Recursos Garantidores (Plenus+PGA): R\$ 641.367 mil = 1,55%;

16.2.2. Taxa de Carregamento (Recursos Transferidos ao PGA: R\$ 9.930 mil/Fluxo Previdenciário: R\$ 61.880 mil) = 16,05%;

16.2.3. Despesas Administrativas: R\$ 10.355 mil/Ativo Total (Plenus+PGA): R\$ 644.417 mil = 1,61%;

16.2.4. Despesas Administrativas: R\$ 10.355 mil/Receitas Administrativas: R\$ 9.930 mil = 1,04;

16.2.5. Despesas Administrativas: R\$ 10.355 mil/População do Plano Plenus: 552 = R\$ 19 mil;

16.2.6. Ativo Total (Plenus+PGA): R\$ 644.417 mil/População do Plano Plenus: 552 = R\$ 1.167 mil.

## 17. FATOS RELEVANTES

### 17.1. Política de Investimento

17.1.1. Em cumprimento às determinações da Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 241ª Reunião Ordinária, realizada em 15/12/2022, as Políticas de Investimento do Plano de Benefícios Plenus e Plano de Gestão Administrativa - PGA com vigência de 01/01/2023 a 31/12/2027, e disponibilizadas aos participantes, na íntegra, na página da Internet da PREVHAB.

### 17.2. Orçamento das Despesas Administrativas

17.2.1. Em cumprimento às disposições da Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 240ª e 242ª Reuniões Ordinárias, realizadas em 24/11/2022 e 17/01/2023, o Orçamento das Despesas Administrativas e os Indicadores para Avaliação da Gestão Administrativa para o ano de 2023 do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

### 17.3. Ajuste de Precificação dos Títulos Federais

17.3.1. Conforme nova redação dada à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e definições da Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, a

PREVHAB calculou o ajuste de precificação, do exercício de 2022, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, 4,60% a.a. e o valor contábil desses títulos.

17.3.2. O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", em que a Entidade demonstre capacidade financeira de mantê-los até o vencimento observando seus fluxos de pagamento, bem como, tenham por objetivo a cobertura dos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e custeio determinado atuarialmente, bem como os demais requisitos previstos na norma.

17.3.3. O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado.

17.3.4. A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação, para os exercícios de 2022 e 2021:

Posição em 31.12.2022

Títulos - R\$ mil	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Quantidade total	Valor contábil	Valor ajustado	Valor do ajuste
<b>Títulos públicos</b>							
NTN - B - quantidade	19.024	-	30.170	49.194			
NTN - B - Valor	77.161	-	128.078		205.239	221.724	16.485
Duração do Passivo	8,66						
Duração do Ativo	8,10						

Posição em 31.12.2021

Títulos - R\$ mil	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Quantidade total	Valor contábil	Valor ajustado	Valor do ajuste
<b>Títulos públicos</b>							
NTN - B - quantidade	19.024	-	30.170	49.194			
NTN - B - Valor	72.674	-	121.257		193.931	211.166	17.235
Duração do Passivo	8,81						
Duração do Ativo	8,66						

**17.4** – A Resolução PREVIC nº 18, de 22 de dezembro de 2022, dispõe sobre procedimentos contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais alterações foram: a) o imóvel deverá ser avaliado quando houver evidência de desvalorização ou no caso de venda. A legislação anterior determinava que as avaliações deveriam ser realizadas anualmente; b) os

depósitos judiciais só poderiam ser corrigidos quando da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da EFPC. O artigo em questão foi excluído, nesse caso fica a critério da entidade realizar a correção; e c) estabelece critérios para a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros.

\* \* \* \* \*


**MARIO CARDOSO SANTIAGO**

DIRETOR - PRESIDENTE

CPF 034.712.507-78


**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**

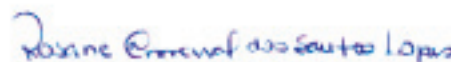
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

CPF 425.157.427-34


**MARCIO MILLER SANTOS**

DIRETOR FINANCEIRO

CPF 043.970.297-68


**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**

CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4

CPF 702.229.677-49

# Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2022



## PARTICIPANTES ATIVOS

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus, administrado pela PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, apresentamos a seguir nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2022.

## PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base das informações biométrico-salariais dos Participantes e Assistidos considerados no presente estudo foi 31/12/2022.

Essas informações foram fornecidas pela PREVHAB à HR SERVIÇOS ATUARIAIS que, após a realização de tes-

tes considerados apropriados e efetuados os devidos acertos em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins da presente avaliação atuarial.

A análise efetuada pela HR SERVIÇOS ATUARIAIS na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial teve por objetivo, única e exclusivamente, a identificação e a correção de eventuais distorções, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PREVHAB, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características dos participantes estão elencadas abaixo.

## PARTICIPANTES ATIVOS

	Em 31/12/2022
Frequência	3
Idade Média	63 anos
Tempo Médio de Serviço	39 anos
Tempo Médio de Contribuição	39 anos
Salário Mensal Médio (R\$)	17.969,19

## PARTICIPANTES APOSENTADOS

Em 31/12/2022	Aposentados Válidos	Aposentados por Invalidez
- Frequência	360	31
- Idade Média	76 anos	71 anos
- Benefício Mensal Médio (R\$)	10.119,91	3.550,26

## PENSIONISTAS

	Em 31/12/2022
Frequência de Pensões	152
Frequência de Pensionistas	163
Idade Média (vitalícios)	74 anos
Benefício Mensal Médio (R\$)	4.817,83

Os valores são nominais e estão posicionados em 31/12/2022. Importante observar que as estatísticas aqui apresentadas podem eventualmente ser divergentes daquelas constantes nos sistemas da PREVHAB, justamente por conta dos ajustes feitos na base de dados para fins de avaliação atuarial.

## HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

A avaliação atuarial é o estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir não só os valores esperados relativos aos participantes já recebendo benefício quanto aqueles que ainda se encontram em atividade.

Desse modo, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e nível de benefícios do INSS, dentre outras) e as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Na avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais na apuração das Provisões Matemáticas em 31/12/2022.

HIPÓTESE	em 31/12/2022
Taxa real anual de juros	4,60% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,9866
Fator de capacidade para os benefícios	0,9866
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos - família real Ativos - 95% casados com esposa 4 anos mais jovem



## RISCOS ATUARIAIS

Considerando que o Plano de Benefícios Plenus está estruturado na modalidade de Benefício Definido, todas as hipóteses adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudos específicos de aderência realizados em 2022 (Relatório HR/152/2022), que tomaram como base a população existente em 31/12/2021. Somente as premissas de fator de capacidade de salários e de benefícios sofreu alteração, de 0,98 para 0,9866. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na sede da PREVHAB.

A adequação da taxa real de juros para o exercício de 2023 também foi objeto de estudo técnico específico em 2022 (Relatório HR/151/2022), de modo a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados apontaram a taxa máxima de 5,33% a.a.

A taxa real anual de juros foi mantida em 4,60% a.a., respeitando os limites estabelecidos pela Portaria nº 373, de 27/04/2022, que estabeleceu o limite mínimo de 3,08% a.a. e o limite máximo de 4,80% a.a., considerando a duração do passivo do plano aproximada para 9 anos em 31/12/2021 (a *duration* foi de

106 meses, conforme DA de 2021).

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou para o exercício de 2023 a adoção das hipóteses atuariais constantes dos relatórios supracitados.

## ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefícios Plenus, à exceção do Pecúlio Especial, que é estruturado no regime de repartição simples. Informamos também que não ocorreram alterações nos métodos atuariais com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2021.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

Em nossa opinião, portanto, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30/2018, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

## PROVISÕES MATEMÁTICAS

De acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2022 é a apresentada no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	EM R\$
PROVISÕES MATEMÁTICAS	636.970.799,43
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>629.457.824,07</b>
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	629.457.824,07
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS- ASSISTIDOS	483.307.544,06
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	146.150.280,01
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>7.512.975,36</b>
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	7.279.438,29
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	7.279.438,29
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	233.537,07
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	233.537,07
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-

Os valores das provisões matemáticas foram apurados considerando-se o Regulamento do Plano vigente em 31/12/2022. Informamos que não houve alteração regulamentar que tenha gerado impacto ou influenciado no resultado apurado no final do exercício de 2022.

### RESULTADO CONTÁBIL EM 31/12/2022

O Equilíbrio Técnico do Plano de Benefícios Plenus foi determinado com base nas Provisões Matemáticas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos fornecidos pela PREVHAB, posicionados em 31/12/2022.

O Plano de Benefícios Plenus encerrou o exercício de 2022 com resultado deficitário de 3,80% das provisões matemáticas.

DESCRIÇÃO	EM R\$
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>643.893.369,15</b>
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL	7.138.073,58
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.988.185,09
<b>(=) PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>630.767.110,48</b>
(-) FUNDOS	17.992.406,48
PREVIDENCIAL	-
ADMINISTRATIVO	17.992.406,48
INVESTIMENTOS	-
<b>(=) PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	<b>612.774.704,00</b>
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	636.970.799,43
PM DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	629.457.824,07
PM DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	7.512.975,36
PM A CONSTITUIR	-
<b>(=) EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>(24.196.095,43)</b>
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(24.196.095,43)

Informamos que a HR SERVIÇOS ATUARIAIS não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios Plenus, tendo se baseado na informação fornecida pela própria PREVHAB.

Com relação à estruturação das Provisões, informamos:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e o pecúlio por morte do válido e do inválido foram registradas na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.03.01.01.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro válido ou inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

### PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DE 2021

Em 31/12/2021, o plano apresentou déficit técnico de R\$ 81.784.741,63, que após o ajuste de precificação

resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado do plano negativo de R\$ 64.549.937,63. De acordo com o disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, era obrigatório elaborar e aprovar Plano de Equacionamento de Déficit Técnico durante o exercício de 2022 para o valor mínimo de déficit igual a R\$ 34.569.553,09.

Em 31/12/2022, o resultado deficitário do plano, antes do ajuste de precificação, foi de R\$ 24.196.095,43, o que significou um resultado positivo no exercício de 2022 de R\$ 57.588.646,20, superior ao valor que deveria ser objeto equacionamento (R\$ 34.569.553,09).

Este resultado positivo decorre em grande parte da rentabilidade acima da meta atuarial em 2022 (25,06% e 10,85%, respectivamente), além da contabilização, realizada em abr/2022, do precatório das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), referente ao Termo de Acordo celebrado entre a União e as Entidades Fechadas de Previdência Complementar homologado pela Justiça Federal.

Diante do exposto, não foi necessário implementar o

plano de equacionamento do déficit de 2021.

### EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO EM 31/12/2022

O Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) representa o resultado contábil ajustado pelos ganhos ou perdas esperados em decorrência do Ajuste de Precificação. Em 31/12/2022, esse valor foi positivo, de R\$ 16.485.138,00.

Em atendimento ao parágrafo 3º, do artigo 30, da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, atestamos que a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano de Benefícios Plenus, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seu plano de benefícios, não fica prejudicada em função da intenção da manutenção dos títulos em carteira até seu vencimento.

O resultado do ETA é o efetivamente considerado pelo sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficit.

DESCRIÇÃO	EM R\$
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	612.774.704,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS	636.970.799,43
(=) SUPERÁVIT/(DÉFICIT) ACUMULADO	(24.196.095,43)
(+/-) AJUSTE PRECIFICAÇÃO	16.485.138,00
(=) SUPERÁVIT/(DÉFICIT) ACUMULADO AJUSTADO	(7.710.957,43)

Segundo registros contábeis, não verificamos a existência de Dívidas Contratadas, Equacionamento de Déficits ou amortização de Serviço Passado.

### VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A variação positiva de 2,16% no valor das provisões

matemáticas, de R\$ 623.526.154,13 em 31/12/2021 para R\$ 636.970.799,43 em 31/12/2022, está consistente com a movimentação de participantes, pagamento de benefícios e envelhecimento natural da massa em um plano fechado. O INPC acumulado de dez/2021 a nov/2022 foi de 5,97% (índice de reajuste dos benefícios).

## VARIAÇÃO E NATUREZA DO RESULTADO

A rentabilidade nominal líquida auferida pelos investimentos (25,06%) foi superior à meta atuarial do Plano (10,85%) em 31/12/2022.

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2022, um déficit técnico acumulado de R\$ 24.196.095,43, equivalente a 3,80% das provisões matemáticas do plano.

Considerando o Ajuste de Precificação, o resultado em 31/12/2022 continuou deficitário em R\$ 7.710.957,43.

Apurada a *duration* do passivo de 8,6584 anos em 31/12/2022, temos:

►  $(duration \times 1\%) - 4\% = 4,6584\%$

► Limite para equacionamento do déficit:  $= 4,6584\% \times 636.970.799,43 = 29.672.647,72$

Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 7.710.957,43 ficou abaixo do limite estabelecido de R\$ 29.672.647,72, não será obrigatório elaborar e aprovar Plano de Equacionamento de Déficit Técnico durante o exercício de 2023, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018.

## CONTRIBUIÇÕES

Os participantes ativos deverão contribuir para o Plano de Benefícios Plenus de acordo com o disposto

no art. 11 do Regulamento do Plano:

a) 1% (um por cento) sobre a parcela menor ou igual à metade do maior salário-de-contribuição para a Previdência Social;

b) 3,5% (três e meio por cento) sobre a parcela superior à obtida de acordo com a alínea anterior e menor ou igual ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social; e

c) 8,5% (oito e meio por cento) sobre a parcela superior ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social.

Os participantes aposentados e pensionistas não contribuem para o plano.

Conforme definido no Plano de Custeio, será cobrada dos participantes ativos a taxa de 10% da contribuição previdenciária a título de taxa administrativa. Para os assistidos, foi mantido o percentual de 4% sobre o valor do benefício, exceto para as pensões com DIB anterior a 18/07/2011.

## CONCLUSÃO

Informamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31/12/2022, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário em R\$ 7.710.957,43, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2023.



ANDREA VANZILLOTTA

MIBA nº 1000 – CPF nº 920.040.087-68

# Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da  
**PREVHAB – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**  
Rio de Janeiro

## 1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVHAB – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de benefícios e plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais do plano de benefícios, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVHAB – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR e individual do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado e do Plano de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

## 2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

## 3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR.

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, do plano de benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

## 4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstra-



ções contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a solvência e liquidez desses planos, pela avaliação da capacidade da Entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à perenidade do plano e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança são aqueles com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis, bem como pela perenidade do plano de benefícios assegurando sua liquidez e solvência.

## 5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou

erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade do Plano de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade do Plano e capacidade de continuida-

de operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação do Plano e de não manter a continuidade da Entidade;

e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as corresponden-

tes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de março de 2023

**FERNANDO MOTTA AUDITORES**  
CRCMG - 12.557/CVM - 12.815

**Fernando Campos Motta**  
Contador CRCMG - 91.109-S-RJ

# Parecer do Conselho Fiscal



## PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2023

O Conselho Fiscal da Prevhav Previdência Complementar, no exercício de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no inciso III do Art.45 do Estatuto da Entidade, após concluir o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas da PREVHAB, de 31 de dezembro de 2022, em sua 82ª Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de março de 2023, por videoconferência, considerando a adequação daquelas Demonstrações Contábeis às normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, tendo em vista o Parecer Atuarial datado de 14 de fevereiro de 2023 da HR Serviços Atuariais Ltda., o Relatório dos Auditores Independentes emitido em 21 de março de 2023 pela Fernando Motta Auditores e a deliberação da Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 486ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de março de 2023,

### **RESOLVE:**

Aprovar, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prevhav Previdência Complementar, referentes ao Plano de Benefícios Plenus e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, por entender que as mesmas representam de forma adequada sua situação financeira e patrimonial.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023.

**Mauro Souza Monte**  
Presidente  
CPF: 316.421.607-68

**Carlos Alberto Gonçalves da Costa**  
Titular  
CPF: 382.701.707-63

**Cândido de Almeida Neto**  
Titular  
CPF: 036.765.797-04

# Resolução do Conselho Deliberativo



## CONSELHO DELIBERATIVO RESOLUÇÃO - RCD 01/2023

Em sua 244ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de março de 2023, o Conselho Deliberativo da Prevhav Previdência Complementar, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal nº 01/2023 exarado em sua 82ª Reunião Ordinária, de 22 de março de 2023,

### **RESOLVE:**

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prevhav Previdência Complementar referentes aos Planos de Benefícios PLENUS e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022.
2. A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

**Luiz Augusto de Oliveira Ferreira**  
Presidente  
CPF 020.086.457-20



## **PREVHAB Previdência Complementar**

Rua da Glória, 306 - 10º e 11º andares - Glória

Rio de Janeiro - RJ / CEP 20241-180

Tel: (21) 2212-5700 / Fax: (21) 2212-5743

[www.prevhab.com.br](http://www.prevhab.com.br)

